



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

PLE 53/2017

**PUBLICADA**  
**TRIBUNA DO NORTE**

Em, 17 / 05 / 2017

N.º 7.880 Pág. 04

\_\_\_\_\_ Caderno:

**LEI 2.983, DE 16 DE MAIO DE 2017.**

Define, no âmbito do Município de Ivaiporã/PR, obrigações de pequeno valor, a que alude o §3º do Art.100 da Constituição Federal, e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores de Ivaiporã, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Considera-se obrigação de pequeno valor, a ser paga pelo Município de Ivaiporã, para efeitos do § 3º do Art.100 da Constituição Federal, aquela cujo valor seja igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos vigentes.

**§ 1º** Os débitos a que se refere o "caput" deste artigo, individualizados por ação judicial, deverão atender referido limite na data em que os respectivos cálculos se tornarem incontroversos.

**§ 2º** É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor total da obrigação prevista neste artigo, seja ela controversa ou incontroversa, ressalvadas as hipóteses de aplicação do art. 23, da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, reconhecidas em juízo.

**§ 3º** É vedada a expedição de precatório suplementar ou complementar do valor pago na forma do "caput" deste artigo.

**§ 4º** É facultado à parte exequente renunciar ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no "caput" deste artigo, desde que o faça expressamente, para que possa optar pelo pagamento do valor na forma desta Lei.

**§ 5º** O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica quitação total do crédito exequendo.

**§ 6º** O valor descrito no "caput" deste artigo será reajustado anualmente, de acordo com o valor do maior benefício pago pela Previdência, conforme o Ato Administrativo Federal que assim o estabeleça.

**Art.2º** O pagamento das obrigações de pequeno valor, de que trata o Art.1º desta Lei, será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, pela Procuradoria-Geral do Município, de Ofício Requisitório expedido pelo juízo.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

PLE 53/2017

**Art. 3º** Recebida a requisição, a Procuradoria-Geral do Município a remeterá ao Departamento Municipal de Planejamento e Finanças ou entidade devedora para que efetive o pagamento, nos moldes legais.

**Art. 4º** As obrigações cujos precatórios requisitórios já tenham sido protocolados, que satisfaçam o disposto no Art. 1º desta Lei, serão pagas segundo a ordem cronológica de apresentação dentro da categoria própria, independentemente de expedição de novo Ofício Requisatório.

**Parágrafo único.** Não serão objeto de parcelamento os créditos a que se refere o caput deste artigo.

**Art. 5º** O valor estabelecido nesta Lei será anualmente revisto por ato do Poder Executivo Municipal, observado o §6º do art. 1º desta Lei, que o fará publicar em Diário Oficial.

**Art. 6º** Para fazer frente as despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, na forma da Lei.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Prefeito Adail Bolívar Rother", Gabinete do Prefeito, aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete (16/5/2017).

  
**Miguel Roberto do Amaral**  
Prefeito Municipal